Reinventando Identidades num Mundo de Turistas e Migrantes: sobre hospitalidade e hibridismo cultural

Reinventing Identities in the World of Tourists and Migrants: about hospitality and cultural hybridity

Débora de Paula Falco¹

---

¹ Doutoranda em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-Rio. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Especialista em Artes, Cultura Visual e Comunicação – UFJF. Graduada em Turismo – UFJF. Email: deborafalco@terra.com.br

Resumo

Este artigo pretende abordar no decorrer de três seções as relações entre turismo, migrações, identidade nacional, hospitalidade, negociações, hibridismos culturais e cidadania. Para tanto a primeira seção detém-se em investigar as reconfigurações da nação frente aos deslocamentos humanos. Na sequência, a segunda seção, intenta observar como as relações de hospitalidade, além de proporcionarem negociações culturais, podem ser vistas como dispositivos políticos no espaço urbano. O artigo encerra-se na terceira seção propondo a ligação dos conceitos trabalhados ao de cidadania num ambiente multicultural. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo semântica e qualitativa dos seguintes produtos jornalísticos: as reportagens de capa sobre Nova York da revista Viagem e Turismo e o livro-reportagem Nova York do Oiapoque ao Chuí. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico que embasa as inferências feitas a partir da Análise de Conteúdo

Palavras-chave: Turismo. Migrações. Hibridismo. Identidade. Cidadania.

Abstract

This article intends to address in the course of three sections the relationship between tourism, migration, national identity, hospitality, cultural hybridity and citizenship. The first section investigates the reconfiguration of nation in the human displacements. The second section tries to observe how relations of hospitality can be seen as political devices in urban areas. The third section proposes the linking of concepts worked out with a concept of citizenship in a multicultural environment. The methodology used is the semantic and qualitative Content Analysis of following journalistic products: the magazine Travel and Tourism and the book-report New York from Oiapoque at the Chuí. In addition, it was made a research of literature that supports the inferences made from the Content Analysis.

Keywords: Tourism. Migration. Hybridity. Identity. Citizenship.

1. Introdução

O movimento de fronteira vivido e simbolizado pela viagem tornou-se metáfora do caráter móvel das identidades na perspectiva dos Estudos Culturais contemporâneos. Neste interim, as discussões sobre turismo e migrações ganham novo fôlego e importância social e acadêmica. Visando contribuir para esta abordagem ainda pouco explorada nas pesquisas de turismo é que se empreende este artigo.

Turistas e migrantes, unidos por uma identidade fluida e pelas incertezas trazidas à tona pela experiência do deslocamento, são os sujeitos em trânsito que angariaram as atenções das narrativas jornalísticas selecionadas para análise. A mídia, como palco privilegiado de conflitos e tensões que envolvem a construção de iden-

tidades e identificações no momento atual, mostra-se um objeto relevante para investigação da experiência cultural turística e migrante.

Os meios de comunicação escolhidos para a análise foram, a revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril e o livro-reportagem *Nova York do Oiapoque ao Chuí: relatos de brasileiros na cidade que nunca dorme*, da jornalista Tania Menai, publicado pela Editora Casa da Palavra. O período de análise para revista foi de seis anos (2004 a 2009), sendo somente as reportagens de capa, que contemplassem a cidade de Nova York, consideradas.

Neste período de tempo a jornalista Tania Menai - que também atua na revista em questão – planejou, executou as entrevistas e publicou seu livro-reportagem. O livro-reportagem, publicado em 2007, começou a ser projetado pela jornalista Tania Menai em 2004 (conforme informação concedida à pesquisadora pela jornalista). Posto isto, no intuito de alinhar os dois objetos, buscou-se contemplar na revista temática de turismo o ano em que o projeto do livro-reportagem se iniciou, ou seja, 2004, e também o ano de sua publicação que ocorreu 2007. Dentro desta perspectiva de trabalho seguiu-se com o critério de abarcar ainda os dois anos anteriores à publicação do livro-reportagem, 2005 e 2006 e os dois anos posteriores a sua edição, 2008 e 2009. A seguir um esquema explicativo dos critérios expostos:

Figura 1: Critérios de seleção dos anos de análise da Viagem e Turismo com base no livro-reportagem Nova York do Oiapoque ao Chuí: relatos de brasileiros na cidade que nunca dorme

Tendo por base estes parâmetros considerou-se ter um material harmônico para análise.

Embora se trate de um livro-reportagem e de uma revista mensal, foi importante contar com a produção jornalística de ambos para poder efetivar o objetivo de verificar, a partir das narrativas jornalísticas, a experiência turística e migratória. Ademais, os dois objetos convergem quanto ao enquadramento diferenciado do jornalismo diário e a presença dos “personagens” viajantes que narram suas identidades em trânsito. No caso da revista, tem-se o jornalista imbuído do personagem e da missão de um turista, que fala a outros turistas potenciais, constituindo-se

no que propomos denominar “turista-narrador-repórter”² e no livro-reportagem o personagem é o imigrante entrevistado.

Para averiguar a experiência cultural destes sujeitos em trânsito foi feita uma Análise de Conteúdo baseada na proposta de Laurence Bardin (1977). A principal categoria semântica observada de forma qualitativa foi “Hibridismo Cultural”, tendo como unidades temáticas: identidades, traduções, interculturalidade, hospitalidade, negociação, cidadania.

Como aportes fundantes deste artigo tem-se o conceito de “comunidade imaginada”, isto é, a nação como construção social, a partir de B. Anderson, A. Appadurai e S. Hall. Outro conceito relevante é o de “ação” sugerido por H. Arendt. Este se remete as potencialidades da hospitalidade encarada como negociação cultural e aliada aos pressupostos teóricos de F. Ortega sobre a “política da amizade” e de P. Freire sobre a “ação cultural para a liberdade”. Posto isto, segue-se para a noção de cidadania através das concepções de A. Cortina e de S. Gastal e M. Moesch. Além destes, muitos outros autores amparam as análises feitas.

2. A Reconfiguração da Nação: hibridismos culturais na cidade em trânsito

A movimentação de pessoas pelo mundo seja como turistas ou migrantes tem trazido transformações na configuração das identidades nacionais e das identidades dos sujeitos envolvidos neste processo direta ou indiretamente. Com isso, gera-se um processo de reatualização de lealdades e a criação de novas formas de identificação a partir do destino e não apenas com base na origem nacional. Ou seja, formas de identificação vindas da negociação cultural. Todo este processo é sobremaneira animado pelos fluxos humanos entre fronteiras, seja no turismo ou nas migrações. Estes deslocamentos contribuem para complexificar as chamadas relações interculturais na sociedade contemporânea.

Arjun Appadurai (1998) buscando o entendimento destas questões, observa que sua complexidade pode dever-se ao fato de que “Estados, territórios e ideias de singularidade étnica são sempre co-produções históricas complicadas, o pluralismo de diáspora tende a embarçar todas as narrativas que buscam naturalizar tais histórias” (APPADURAI, 1998, p. 17). Como salienta Hall (2006, p. 62) a procura por uma identidade nacional unificada é uma ilusão, visto que, “as nações modernas são, todas, híbridos culturais”.

---

2 Para maiores informações sobre o conceito de turista-narrador-repórter ver: FALCO, D. Narrativas Turísticas: imaginário e mídia na experiência urbana do turismo. Revista Rosa dos Ventos. Vol. 3, n.1, 2011.

O exposto pelo autor aponta para o postulado por Benedict Anderson (1989) acerca das nações como construções sociais imaginadas. Na perspectiva de Anderson (1989) a nação é uma comunidade imaginada porque se compõe de narrativas sobre a nação, que lhe atribuem sentido e conferem ao indivíduo formas de identificação. De acordo com Hall (2006, p. 50), “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Estes aspectos constituintes da ideia de nação facilitarão a compreensão da dinâmica social que envolve o turismo e as migrações.

Sendo assim, as identidades nacionais dependem de sua constante legitimação para permanecerem como “realidades”. Qualquer circunstância (como a presença de estrangeiros) que torne os mecanismos de legitimação da identidade nacional mais tensos ou lese parte de sua pretensa “invariabilidade” pode culminar em modificações na forma de perceber, imaginar, viver e representar a nação. A pluralidade introduzida por um grupo de estrangeiros migrantes ou turistas, portadores de outra cultura, pode ser um elemento disparador desta “ameaça” à “univocidade” da identidade nacional ou ainda, nas palavras de Appadurai (1998), a pluralidade viola a sensação de isomorfismo entre território e identidade.

Neste contexto, para Hall (2006) a lealdade e identificação dos indivíduos não mais se prendem ao território. Isto é perceptível quando, por exemplo, imigrantes relatam que têm um sentimento de serem brasileiros, ainda que não morem no Brasil e que não tenham certeza quanto ao seu retorno. Com isso percebe-se que é possível se sentir brasileiro mesmo sem estar territorialmente no país. De modo semelhante os imigrantes relatam que se sentem nova-iorquinos por participarem da vida de trabalho da cidade e por aderirem a muitos de seus fluxos de ideias, valores e estilo de vida sem que, para isso, deixem de se perceber como brasileiros. São “sujeitos traduzidos” (HALL, 2006). Negociam entre duas culturas ou mais e habitam várias identidades.

Neste cenário, os deslocamentos humanos podem proporcionar a transfiguração dos territórios, como destaca Appadurai (1998). O autor lembra que os movimentos que imprimem novo ritmo à sociedade podem ser fruto de migrações em muitas localidades, mas que “em outras comunidades, a lógica de movimento é fornecida pelas indústrias de lazer, que criam regiões e pontos turísticos em todo mundo” (APPADURAI, 1998, p. 4). Assim:

Muitos destes locais criam condições complexas para a produção e reprodução da localidade, na qual laços de casamento, trabalho, negócio e lazer tecem uma rede formada por várias populações circu-

lantes e vários tipos de ‘nativos’, gerando localidades que pertencem a determinado Estado-nação, mas são, sob outro ponto de vista, o que podemos chamar de translocalidades (APPADURAI, 1998, p. 4).

Pode-se aliar Nova York a uma espécie de translocalidade frequentemente ligada – tanto na revista de turismo quanto no livro-reportagem – ao imaginário de cidade cosmopolita, na qual se encontram sujeitos de diversas nacionalidades em trânsito. Este imaginário e esta concentração de populações circulantes dariam a Nova York um caráter de translocalidade. Appadurai (1998) explica que a translocalidade é uma categoria emergente de organização humana.

A inferência de que esta cidade se configura como tal é feita com base nos relatos das entrevistas de migrantes e nas narrativas turísticas apresentadas pela revista temática. Appadurai (1998) argumenta que as translocalidades aparecem fragilmente vinculadas ao ambiente nacional e integralmente envolvidas pelos interesses e fidelidades transnacionais. Neste sentido, vale atentar para o averiguado pelo entrevistado Carlos Miele. O imigrante faz a seguinte afirmativa: “Não conheço bem os Estados Unidos, mas posso dizer que essa é uma realidade [a de Nova York] que pouco reflete a realidade americana – reflete uma realidade de parâmetros mundiais” (Carlos Miele, 2007, p. 186). Em consonância com este argumento, Caiafa (2007) também partilha do entendimento de que Nova York não se conforma ao que seria a realidade norte-americana mais tradicional, mas a extrapola.

A ideia de que Nova York é uma translocalidade pode ser verificada também na recorrência com que é atribuído à cidade o status de “mundo”, “planeta”, “universo”. Sob este aspecto dois imaginários parecem se unir para configurar a cidade como cosmopolita: primeiro a noção de mistura étnica-cultural e, segundo, as oportunidades, tidas como únicas, oferecidas pelo local. Estas palavras estão presentes no discurso migrante e turístico e contribuem para disseminação deste imaginário sobre o lugar. Vale destacar alguns trechos de entrevistas do livro-reportagem Nova York do Oiapoque ao Chuí e alguns pontos de reportagens da Viagem e Turismo. Nestes é importante estar atento a expressões como “universo mais variado”, “alcançar o mundo”, “internacional”, “mundos diferentes” entre outras (grifos nossos).

A narrativa da revista Viagem e Turismo destaca:

Um planeta, aliás, bem estranho, em cuja singular geografia está correto dizer que a Ucrânia faz fronteira com a República Dominicana. O segredo está em descobrir o melhor desses mundos. (Viagem e Turismo, 2006, p. 78).

A gente se encontra na esquina do mundo, Nova York: 100 anos de Times Square! (Viagem e Turismo, 2004, capa).

Para os entrevistados do livro-reportagem:

Este é o universo mais variado do mundo, e você aprende muito com isso. Você vai a todos os tipos de restaurantes; até a restaurante etíope eu já fui (Maucha Adnet, 2007, p. 21).

Sem falar que, no nosso trabalho, um é inglês, outro é canadense, outro é da África do Sul, outro é australiano. Cada um é de um canto. Essa é a cidade mais internacional que existe. Não há nenhuma outra como essa [...] Você chega em Nova York e alcança o mundo. O mundo inteiro está conectado a Nova York (Alessandra Ambrósio, 2007, p. 131, 132).

Este aspecto multiétnico é corriqueiro. Em cinco minutos de papo você aprende horrores. Seu universo se abre nesta cidade (Pedro Ramos, 2007, p. 148).

O aspecto multicultural de Nova York é outro lado incrível, que abre a cabeça para diversas ideias – e atinge você em um nível subliminar. [...] Você acaba circulando em mundos diferentes e isso é bem legal (Guto Barra, 2007, p. 162).

Os trechos citados evidenciam o imaginário cosmopolita da cidade, ligado ao aspecto de diversidade cultural vivido por seus habitantes, imigrantes e turistas, isto é, ao seu caráter de interculturalidade. Sobre as implicações desta configuração cotidiana versará a próxima seção.

3. Hospitalidade, Ação e Interculturalidade: sobre política da amizade e ação cultural para liberdade

De acordo com Arendt (2007), a pluralidade humana é parte fundamental para a atuação política na sociedade, sendo também a condição mesma da existência das relações de amizade, ou hospitalidade, entre os indivíduos de diferentes procedências. Ortega (2009) entende pelo conceito de “política da amizade” a previsão de novas formas de sociabilidade e experimentação criativa em um ambiente de manutenção do espaço público.

Neste sentido, Appadurai (1998) nota que a sociabilidade também se complexificou na sociedade atual, pois, “de forma geral, a ideia de que as culturas são coerentes, com fronteiras contíguas e persistentes sempre se firmou na sensação de que a sociabilidade humana é naturalmente localizada e mesmo limitada pela localidade” (APPADURAI, 1998, p. 12). O exposto indica o porquê do estrangeiro ser visto como um “inimigo”, com quem as relações de sociabilidade estão sempre envoltas em conflitos e tensões, ao passo que entre habitantes de um mesmo local as relações hospitaleiras são admitidas com maior facilidade. O estrangeiro traz o vislumbre de

que a ordem do universo consensual de dada nação pode estar ameaçada pela evidência de que nada, no mundo cultural e social, é a “verdade” imutável, mas deve ser constantemente construído e legitimado para que figure como tal. Na presença do estrangeiro, um universo tido como “natural” por seus membros, se confronta com as novas referências e questionamentos.

Freire (1978) postula que toda ação cultural dialógica entre os sujeitos, no que se sugere incluir toda ação de hospitalidade, resulta em ato de conhecimento. Segundo o autor, a partir da práxis humana – que implica em ação seguida de reflexão – é capaz de inserir transformações na realidade social. Ser capaz de transformar significa ser capaz de participar ativamente em determinado meio, por esta razão é uma forma de exercício da cidadania. Todavia, é válido ponderar que este processo de ação cultural transformadora só se concretiza com base em um ambiente plural de negociação entre indivíduos e culturas.

Assim, a práxis humana estaria ligada não somente a transformação do mundo exterior, mas também de si mesmo recriando possibilidades identificatórias e subjetividades. Considerada como um ato intrínseco de conhecimento por Freire (1978), a práxis proporciona, portanto, um processo de aprendizagem. Este é mencionado por todos os imigrantes selecionados do livro-reportagem. São poucos os que não conjugam o verbo “aprender” mais de uma vez para relatar suas experiências em Nova York, como se vê a seguir (grifos nossos).

Nova York me ensinou a conviver com todos os níveis sociais e culturais. Aprendi a perder o preconceito da aparência e obviamente do background dos outros (Maucha Adnet, 2007, p. 21).

Aqui aprendi a ser um indivíduo e ver as pessoas individualmente. Respeitar as pessoas, não fazer julgamentos sobre elas. Isso não existe aqui. Aqui me sinto leve, posso expressar o que penso ou quero sem ter medo. Não preciso me preocupar com a análise de outras pessoas a meu respeito. As pessoas aqui são analisadas para serem entendidas, não para serem derrubadas. Gosto de tratar todos igualmente (Hélio de Souza, 2007, p. 50).

Aqui, aprendi muito sobre interação – você vai ao parquinho e vê as mães judias com as mães mulçumanas, as mulheres de peruca, e os filhos brincando. E elas ali numa boa, exatamente como deveria ser no mundo inteiro (Pedro Ramos, 2007, p. 148).

E aprendi algumas coisas. Uma delas é que devemos nos integrar com outras pessoas que estão fazendo o mesmo que nós, seja da nossa cultura ou de outra (Anelise Engel, 2007, p. 179).

Os aspectos propiciadores da aprendizagem são os componentes da hospitalidade, isto é, interagir com os outros, conviver, estar aberto às diversas culturas, respei-

tar a diferença e quebrar preconceitos. Os elementos da vivência da hospitalidade estão mais detalhados nos relatos do livro-reportagem do que nas matérias da revista de turismo. Disto pode-se depreender que, de fato, a intensidade da vivência destes dois tipos de deslocamentos pode ser diferente, sendo, provavelmente, mais forte nas migrações. Porém, há que se considerar que o texto jornalístico também omite possibilidades, uma vez que possui um enquadramento de dada situação e não abrange toda sua complexidade. Disto decorre que mesmo sem menções mais aprofundadas em itens como interação, respeito e abertura ao outro, como ocorre nas entrevistas, o texto da revista Viagem e Turismo também traz indicativos de que estas são possibilidades abertas pela atividade turística, ainda que em proporções diferenciadas. Sendo assim, pode-se notar que nos relatos da viagem migrante existem constatações de experiências de hospitalidade e hibridismo, enquanto que na narrativa turística existem apenas indícios da potencialidade destas, como se pode perceber nos seguintes trechos separados de acordo com suas temáticas.

Indícios de mistura pacífica entre diferentes culturas que dividem vizinhança:

O trecho ao sul da Division Avenue é reduto dos Satmar, uma corrente de judeus hassídicos ortodoxos que chegaram em massa do Leste Europeu para escapar da Segunda Guerra e passaram a dividir vizinhança com porto-riquenhos e dominicanos (Viagem e Turismo, 2006, p. 78).

A rua paralela, a Smith, que concentra alguns dos restaurantes mais agradáveis do Brooklyn, desemboca no Oriente Médio, ou melhor, nos mercados árabes da Atlantic Avenue. O Brooklyn com seus 60 bairros de diferentes sotaques, etnias, cores e credos, é quase um mundo (Viagem e Turismo, 2006, p. 78).

Indícios de abertura à alteridade e de interação social:

‘Você é nova no bairro?’, pergunta Nick, grego de Salônica, ao colocar na minha frente o prato de omelete de queijo com batatas. Não era. Já havia me hospedado no Brooklyn uns cinco anos antes, não exatamente em Park Slope (Viagem e Turismo, 2006, p. 74).

Indícios de interesse pelo estilo de vida local e de contágio com a alteridade:

Um dos poucos lugares que sempre encontro com a mesma carinha é o Upper West Side, onde dá para ver melhor a vida nova-iorquina de verdade (aquele povo correndo pra cima e pra baixo na Quinta Avenida não vale) (Viagem e Turismo 2008, p. 62).

E talvez o lugar em que os nova-iorquinos se sintam mais em casa seja o Chelsea Market, na 9th Avenue, esquina com a rua 16 (Viagem e Turismo, 2007, p. 98).

Em Nova York, encontrar um restaurante em cada esquina é, por

um lado, uma facilidade. Por outro, muitas das vezes a gente acaba matando a fome no lugar mais próximo – mesmo que seja um McDonald's ou a Pizza Hut – e perde a chance de conhecer locais onde a comida é bem melhor e a frequência não é predominantemente turística (Viagem e Turismo, 2008, p. 66).

No caso das narrativas jornalísticas da revista de turismo não há um uso constante do verbo aprender. No entanto, obviamente este é um dos atrativos de qualquer viagem, inclusive a turística. A referência ao hibridismo constituinte da cidade nas vizinhanças entre os povos que a habitam, a conversa com o garçom do restaurante ou o interesse pela vida cotidiana do nova-iorquino são indicativos de uma postura turística ativa que contém em si as potencialidades atribuídas ao agir humano por Arendt (2007). Segundo a autora agir é imprimir movimento à cultura e à sociedade.

O último trecho citado da revista Viagem e Turismo, de abril de 2008, traz alguns aspectos importantes de serem destacados. Quando a jornalista nota que ao optar por ir ao McDonald's ao invés de ir a um restaurante local perdem-se vivências interessantes, ela aponta, na verdade, para o fato de que, como observam diversos autores, lugares como McDonald's seriam não-lugares, negando assim, ao menos a priori, a possibilidade do estabelecimento de relações identitárias entre visitantes e visitados.

Outro ponto interessante é a menção da matéria a lugares onde a predominância não é de turistas. Numa primeira abordagem pode-se considerar esta colocação como algo pouco amistoso, pois certamente o contato com entre os próprios turistas de diferentes culturas pode ser proveitoso. Todavia, com este argumento a reportagem alerta para uma armadilha constante na atividade turística: a dos enclaves ou bolhas ambientais. Nestes predominam o controle e o contato apenas entre “iguais”. Este tipo de situação circunscreve as potencialidades da vivência do espaço urbano como espaço público de negociação e contágio, sem os quais a cidade torna-se uma anticidade, conforme Caiafa (2007).

Os trechos citados da revista Viagem e Turismo e do livro-reportagem Nova York do Oiapoque ao Chuí, apontam para uma imbricação das relações de hospitalidade com a noção de política da amizade e de ação cultural para liberdade.

Na concepção de Cruz (2002, p. 46) as cidades seriam “atrativas para o turismo por tudo aquilo que representam, como ‘obras de arte’ das sociedades humanas, como lugares de encontro, de ir e vir, do acontecer de modo geral”. Estes são os elementos que constituem a possibilidade do exercício do que Ortega (2009) denomina de política da amizade, pautada no agir humano em sociedade. Contudo, as

possibilidades criadoras e transformadoras deste agir ligam-se diretamente à manutenção do espaço público povoado. Somente a partir da manutenção de espaços coletivos e do interesse humano pelo outro é que as relações de negociação cultural, que culminam no hibridismo e na interculturalidade, podem ser vivenciadas e criadas. Por esta razão o indicativo de interesse do turista-narrador-repórter pelo “verdadeiro cotidiano de vida” do nova-iorquino faz-se importante, pois reflete um desejo de não se segregar apenas aos pontos turísticos mais tradicionais da cidade e não se confinar somente em enclaves preparados para guiar o olhar e a percepção do turista.

Outra condição relatada nos trechos mencionados anteriormente, tanto pela revista temática quanto pelo livro-reportagem em questão, remete-se à manutenção da pluralidade de indivíduos que convivem na cidade, com as tensões e conflitos previstos na negociação, mas com a predominância de relações de hospitalidade e não de hostilidade, uma vez que esta última prevê a negação do contato com a alteridade. Portanto, pode-se inferir que a hostilidade despertaria o desejo de segregação que caracteriza as anticidades (CAIAFA, 2007) e não comportaria nenhum tipo de abertura ao outro, migrante ou turista. Num cenário de hostilidade, sem a manutenção da diversidade humana e com o espaço urbano segregado, matam-se as possibilidades políticas, criativas e libertadoras do agir humano, mata-se, por conseguinte, a cidade e seu cidadão.

Quando os imigrantes entrevistados usam termos como “seu universo se abre”, “abre a cabeça” denotam uma conduta de negociação com a cultura de destino. De modo semelhante quando o turista-narrador-repórter narra sua conversa com um morador local, aconselha que o turista priorize a visita a restaurantes locais, ou lembra o fato de duas nacionalidades fazerem vizinhança, dispõe em seu texto os elementos de uma viagem imaginária que parece delinear os contornos de visita turística ativa. É nesta perspectiva que o agir migrante ou turístico pode tornar-se exercício político.

Arendt (2007) esclarece que:

Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. Assim, o idioma dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônima as expressões ‘viver’ e ‘estar entre os homens’ (*inter homines esse*), ou ‘morrer’ e ‘deixar de estar entre os homens’ (*inter homines esse desinere*) (ARENDT, 2007, p. 15).

Sendo assim, quando a revista mantém para seus leitores-turistas estas possibili-

dades na atividade e narrativa turística está, de certo modo, dando sua contribuição para a manutenção de Nova York como cidade e não anticidade e para a postura cidadã do turista que a visita, que corresponde a uma postura participativa nos fluxos e fixos da cidade (GASTAL; MOESCH, 2007). Deste tipo de conduta adviriam novas formas de identificação para o sujeito e mesmo a construção de seu sentimento de cidadania.

4. A Cidade, o Cidadão e o Estrangeiro: a construção da cidadania na sociedade multicultural

O comportamento descrito na seção anterior é verificado no turista-cidadão e no cidadão-turista proposto por Gastal e Moesch (2007). Esta postura está presente nas experiências dos imigrantes que, uma vez residindo na cidade, passam a apropriar-se dela com maior competência. É válida também para o turista que a vivência com a avidez do olhar que se sabe de passagem, desde que adote uma postura participativa. Gastal e Moesch (2007, p. 60) complementam este conceito observando que a noção de turista-cidadão supõe um “sujeito formado e politicamente atuante nessas práticas. O sujeito que entendeu os fixos precisa apropriar-se dos fluxos, neles compreendida a sua própria condição de sujeito em trânsito”.

Os espaços urbanos alimentados pela pluralidade humana fornecem recursos para a construção de identidades não essencialistas. Adotar uma visão não essencialista em um ambiente urbano de contágio é também desenvolver uma nova visão de mundo que conduz a novas formas de identidade. Ortega (2009, p. 86) salienta a este propósito que “a amizade representa hoje em dia uma possibilidade de utilizar o espaço aberto pela perda de vínculos orgânicos, de experimentar com a multiplicidade de formas de vida possíveis”.

De acordo com Bhabha (2003, p. 19) a sensação de desorientação que marca a sociedade contemporânea evidencia “um distúrbio de direção, no ‘além’: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados”. O “além” designa a ultrapassagem cultural em que surgem as culturas e os sujeitos traduzidos. Conforme o autor, na fronteira, no entre-lugar, é que os valores culturais são negociados de modo a não se tornarem “verdades” absolutas e fixas. Com sentido semelhante ao atribuído por Bhabha (2003) à experiência da negociação cultural de fronteira, é que Arendt (2007) compreende o agir como possibilidade de romper e inaugurar, transgredir e superar, o que inclui valores e identidades negociadas pelos sujeitos em trânsito. O espaço urbano seria um espaço sobremaneira adequado neste contexto, já que “permanece como marca da

cidade a experiência com o inesperado, o imprevisível que a exposição à descontinuidade impõe” (CAIAFA, 2007, p. 117).

Neste sentido o princípio da natalidade de Arendt (2007) e o de tradução cultural e terceiro espaço de Bhabha (2003) se unem. Para a autora, “o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDT, 2007, p. 191). Conciliando-se a este pensamento pode-se sugerir que através da hospitalidade – entendida como sociabilidade, ação e política da amizade - o viajante pode ingressar no Terceiro Espaço proposto por Bhabha (2003) e promover o que o autor concebe como Tradução Cultural. Nesta, “o valor transformacional da mudança reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são nem o Um [...] nem o Outro, mas algo a mais, que contesta os termos e territórios de ambos” (BHABHA, 2003, p. 55). Considerando o exposto, o autor postula que a fronteira é o “lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2003, p. 24).

Os sujeitos traduzidos, segundo Hall (2006), retiram recursos para sua construção identitária de diferentes identidades nacionais. Eles mantêm vínculos com sua terra natal, porém, renunciaram a qualquer ilusão de um único pertencimento ou de uma identidade unificada. O relato da imigrante Anelise Engel parece ser bastante condizente com os elementos do conceito de tradução. Para ela:

Quando saímos de nosso país, tornamo-nos multiculturais. Temos a cultura de nosso país, que não vamos perder, e adicionamos uma nova cultura. Isso nos faz ter uma visão do mundo um pouco diferente (Anelise Engel, 2007, p. 181).

Estes indivíduos são “irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’” (HALL, 2006, p. 89). A condição de identidade deslocada, é perceptível no seguinte questionamento relatado por uma outra entrevistada de Nova York do Oiapoque ao Chuí: “Aqui em Nova York as pessoas perguntam de onde você é, por que você não volta para o Brasil. Quando estamos no Brasil a pergunta é inversa: você gosta de morar em Nova York?” (Maucha Adnet, 2007, p. 20).

O imigrante Hélio de Souza também demonstra em seu relato ser um sujeito traduzido, cuja identidade, fragmentada e inconclusa, não pode ser atribuída a uma única fonte. Este entrevistado nota que:

Na verdade, eu não tenho pátria. Sou brasileiro, sou americano. Não sou brasileiro, não sou americano. Sou um cigano no mundo. Se estou no Brasil, sinto saudades daqui, e aqui sinto saudades de lá. Se estiver na Europa, vou estar sempre sentindo saudade de algum

lugar. Penso muito nisso – quanto mais o tempo passa, mais esse sentimento se complica. Tenho uma pátria no coração, o Brasil, mas também amo os Estados Unidos (Hélio de Souza, 2007, p. 50).

Outro entrevistado conta que logo que chegou em Nova York se sentia em uma espécie de limbo. Talvez a sensação relatada se deva à necessidade de pertencer do indivíduo que, quando sai de sua pátria, tem de refazer suas identificações e ancoragens para tornar o novo local um lugar relacional e identitário para si, o que pode ocorrer através da negociação cultural.

Todavia, como visto, seus vínculos com a origem serão ressignificados o que leva os sujeitos em trânsito a se sentirem estrangeiros onde quer que estejam, como nota o imigrante Guto Barra: “Sentimo-nos um pouco estrangeiros no Brasil também. [...] Sinto que no começo para mim era meio esquisito, eu me sentia num limbo [em Nova York]” (Guto Barra, 2007, p. 162).

Os imigrantes usam continuamente palavras e expressões em inglês que deflagram certo hibridismo até mesmo em sua fala. A jornalista Tania Menai informa na introdução de seu livro-reportagem que decidiu deixar as palavras em inglês, pois estas fluíam naturalmente da boca de seus entrevistados, sujeitos em trânsito entre duas culturas e duas línguas. Algumas frases demonstram isto: “Fiquei muito proud of myself” (Anelise Engel, 2007, p. 181), “Achei este apartamento, um pouco acima do SoHo, e acabei me mudando para cá pela luz que ele tem, pela lareira, pelo espaço. E o preço cabia no meu budget. Mas naquele tempo aqui não era uma boa neighborhood” (Hélio de Souza, 2007, p. 50), entre muitas outras frases presentes em todas as entrevistas dos imigrantes. Vale notar que a revista Viagem e Turismo também utiliza, com menor frequência, palavras em inglês. Porém, na perspectiva da viagem turística, pode-se inferir que para a revista este uso talvez funcione como recurso de ambientação para o leitor-turista na cultura reportada. Contudo, ainda que em menor grau, pode ser considerada uma forma de hibridismo cultural, visto que os leitores entenderão o uso destas palavras.

Aprender a habitar diferentes identidades nacionais confere ao indivíduo o que Said (2003) chama de visão contrapontística. Esta corresponde a uma percepção não matizada da cultura nacional e dos valores culturais que passam a ser vistos como construções passíveis de negociação. O imigrante Pedro Ramos faz a seguinte observação:

Quando converso com amigos e familiares no Brasil, sinto que eles não têm ideia das mudanças pelas quais a gente passa. Quem fica em seu próprio país e nunca vive outras experiências nunca terá a vivência de conversar com um tailandês, ou de trocar experiência a noite inteira com um malaio (Pedro Ramos, 2007, p. 149).

Por vezes o estrangeiro considera-se, até mesmo, não compreendido por seus compatriotas, como acredita o entrevistado Pedro Ramos.

Lá no Brasil, muita gente fala das mesmas coisas, elas ficam naquele mundinho, idolatrando o que vem daqui, incluindo bandas de música, enquanto lá tem bandas muito melhores. Mas só tal banda ser de Nova York eles abaixam a cabeça. Não têm parâmetro para ter aquela opinião globalizada – e isso aqui é tudo que a gente tem. Aqui temos referências globais – no Brasil, a referência das pessoas é a Rede Globo. Às vezes, sinto até vergonha de falar certas coisas, porque as pessoas vão achar que eu sou arrogante. Prefiro não dar opinião quando sei que a pessoa não vai entender o meu ponto de vista (Pedro Ramos, 2007, p. 149).

Apesar de parecer uma colocação, de certo modo, exagerada, o exposto pelo entrevistado possui coerência com a experiência do sujeito traduzido ante aqueles que nunca deixaram a origem. Kristeva (1994) argumenta que:

Os que jamais perderam a mínima raiz não parecem poder entender qualquer palavra capaz de relativizar seus pontos de vista. Então, quando nós mesmos somos desterrados, para que falar àqueles que acreditam ter os pés firmes em terra? O ouvido somente se abre para os desacordos quando o corpo perde seu pé no chão. É preciso um certo desequilíbrio, flutuar sobre algum abismo, para poder ouvir um desacordo. Entretanto, quando o estrangeiro – estrategista do silêncio – não enuncia sua discordância, por sua vez ele se enraíza no seu próprio mundo de rejeitado que, supostamente, ninguém entende (KRISTEVA, 1994, p. 24).

O pensamento de Kristeva (1994) alerta para o fato de que o sujeito traduzido pode muitas vezes fechar-se sobre si mesmo e deixar de exercer uma conduta crítica e participativa tanto na sociedade de origem quanto na de destino. Todavia, vale mencionar que os demais personagens do livro-reportagem não relatam este tipo de dificuldade em negociar com os valores na fronteira origem/destino. Kristeva (1994) argumenta que a nova visão de mundo adquirida pela experiência da viagem constitui-se em um “hábito de suspeita”, isto é, suspeitar de tudo que pareça pré-determinado, dado ou fixo nas construções nacionais e pessoais, em parte, naturalizadas na vida cotidiana. Conforme a autora, o hábito da suspeita gera reflexão.

Como discutido até aqui, a viagem turística e migrante compreende, em potencial, um ato de aprendizagem, ou seja, conhecimento obtido através da hospitalidade e da política da amizade que se compõem de negociações dialógicas. A relação dialógica só se viabiliza em um cenário urbano de pluralidade e contágio, onde imigrantes, nativos e turistas se misturam. Este argumento dá margem para aliar a experiência dos sujeitos em trânsito à ação cultural para liberdade postulada por

Freire (1978), sendo a liberdade a capacidade de atuar e participar de forma consciente no meio em que se está inserido. A práxis humana proposta por Freire (1978) só se confirma se a ação estiver atrelada à reflexão, referida por Kristeva (1994) como sendo o hábito da suspeita adquirido pela condição de tradução evidenciada nos relatos de imigrantes de Nova York do Oiapoque ao Chuí.

Vale salientar que, ainda que não apareçam na revista Viagem e Turismo menções diretas à identidade traduzida dos viajantes, as bases desta experiência potencial estão lançadas também para o turista. Esta inferência torna-se possível, pois os elementos que compõem esta experiência estão presentes no relato turístico. Contudo, a tradução não é patente nas reportagens turísticas. Outros elementos como a ação dialógica e a desmitificação da realidade apresentam-se como indicativos no texto da revista. No primeiro trecho da Viagem e Turismo vale atentar para a desmitificação da realidade visualizada a partir de uma quebra no imaginário inicial sobre o bairro do Brooklyn em Nova York:

Se eu esperava um Brooklyn de filme de Spike Lee, Park Slope não era o lugar (Viagem e Turismo, 2006, p. 75).

A reportagem da qual este trecho foi extraído em si mesma já traz uma proposta de desmitificação da realidade aliada à transformação de imaginários e formação de novos conhecimentos. Isso porque a proposta da matéria é mostrar que outras partes de Nova York, menos conhecidas, como o Park Slope no Brooklyn, podem ser atrativas assim como partes mais reconhecidas como Manhattan. A jornalista narra todo este processo de desconhecimento até chegar à conclusão de que o Park Slope tem muitas atrações interessantes.

A jornalista inicia seu texto com um questionamento feito por ela mesma diante de sua decisão de não focar-se nos atrativos clássicos do lugar, após uma pergunta feita por um morador local: “Tudo para não ter de explicar ao Nick por que eu havia escolhido ficar no Brooklyn e não em Manhattan, coisa que nem mesmo eu sabia direito” (Viagem e Turismo, 2006, p.74). Porém, no fim da reportagem a jornalista, já com a aquisição de novos conhecimentos - fruto de uma conduta crítica e reflexiva - percebe que (grifos nossos):

Se eu estivesse em Manhattan muito dificilmente resistiria aos seus encantos a ponto de chacoalhar meia hora no metrô até o Barbès, em Park Slope. Ou nem saberia que ele existia. Se o prazer de Manhattan está em seu jeito escancarado, exibido, eu acabava de descobrir o do Brooklyn: encontrar as portinhas certas, como era o caso daquela ali (Viagem e Turismo, 2006, p. 79).

A partir dos novos conhecimentos adquiridos a “turista-narradora-repórter” conclui que:

Quem estiver disposto a conhecê-lo precisa calçar um tênis, sair andando e, mesmo assim estar ciente de que não será possível ter esse desejo completamente satisfeito. “Só os mortos conhecem o Brooklyn, uma vez que é para isso necessária uma vida”, escreveu Thomas Wolfe (Viagem e Turismo, 2006, p. 80).

A transformação de imaginários, a aquisição de novos conhecimentos e a maior conscientização sobre o espaço que se habita ou visita é parte do processo dialógico, isto é, um momento de troca entre os indivíduos em que ocorre uma aprendizagem que contraria a ideia de que o turista, por exemplo, deveria perceber apenas o que lhe é mostrado na cidade. Este ponto pode ser verificado no seguinte trecho da Viagem e Turismo que expõe uma conversa entre a jornalista-personagem e uma moradora do Borough Park, bairro do Brooklyn:

Elma Slater, hoje com 91 anos, trocou, ainda na década de 50, o Greenwich Village pelo Borough Park, bairro que concentra uma das maiores comunidades de judeus hassídicos fora de Israel. ‘As pessoas aqui têm muito dinheiro, repare na quantidade de joalherias e bancos’, diz, me levando para dar uma volta na 13th Avenue, uma movimentada rua comercial do bairro. Ela tinha razão, mas eu reparei ainda mais na quantidade de lojas de perucas, restaurantes fast-foods lituanos e mães empurrando carrinhos de bebês duplos ou triplos – em índice de natalidade, Borough Park só perde para Williamsburg. Judia alemã nem um pouco ortodoxa, ela, que sempre se considerou uma outsider por ali, hoje adora (Viagem e Turismo, 2006, p. 78).

Este último trecho mostra uma conversa entre a “turista-narradora-repórter” e uma moradora do local, que, contudo, é uma imigrante que se estabeleceu no lugar. Este diálogo evidencia o interesse da jornalista em conhecer a cidade através de um olhar diferenciado – o de uma moradora - mas também aponta para o fato de que seu olhar sobre o Brooklyn não se ateve apenas ao que a moradora lhe indicou, o que demonstra uma postura ativa no ato de conhecimento dialógico.

Em suma, a ação cultural para liberdade estaria pautada pelos seguintes elementos principais: aquisição de novos conhecimentos, desmitificação da realidade, diálogo, criticidade, reflexão e transformação da realidade.

A ação dialógica alia-se, no caso das viagens, à cidadania intercultural postulada por Cortina (2005). Esta, na concepção da autora, seria regida por uma ética intercultural que “não se contenta em assimilar as culturas relegadas à vencedora, nem tampouco com a coexistência das culturas, mas convida a um diálogo entre as culturas” (CORTINA, 2005, p. 144). Logo, a ação cultural para liberdade em relações interculturais não deve ser confundida com assimilação de um sobre o outro, pois neste modelo não existiria diálogo e sim imposição.

Freire (1978) e Ortega (2009) compreendem como fundamental nas interações sociais a manutenção de uma distância. Esta não deve ser confundida com desinteresse, mas como uma postura que favorece a criticidade. Logo, não se trata de uma distância física percorrida por quilômetros, mas refere-se a um modo diferenciado de se relacionar com a cidade, no que ela tem de fluxo e fixo. Para Baptista (2002, p. 162) a “hospitalidade permite celebrar uma distância e, ao mesmo tempo, uma proximidade, experiência imprescindível no processo de aprendizagem humana”. Segundo Freire (1978, p. 65) é por ser capaz de “‘tomar distância’ do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo”.

Ortega (2009) propõe um *ethos* da distância. Para o autor a distância nas relações sociais equivale a compreender as diferenças entre os indivíduos contrariando sua incorporação narcisista. Conforme Ortega (2009, p. 113) a preservação da distância propicia a civilidade, “entendida como o movimento aparentemente contraditório de se proteger do outro e ao mesmo tempo usufruir sua companhia”. A incivilidade se ligaria aos comportamentos egocêntricos, de desinteresse pela vida pública, de refúgio em espaços segregados e de procura por uma natureza original.

Conforme Ortega (2009) o *homo ludens* necessita da distância para poder se realizar. Disto pode-se compreender que o turismo como atividade lúdica de lazer também se valerá da distância para se efetivar. Para Ortega:

Atuar, jogar, agir, exigem a existência de convenções, de artifícios e de teatralidade. [...] Apenas as sociedades com uma forte vida pública podem valorizar o jogo, a imaginação, a ação e a teatralidade. A procura de autenticidade psicológica torna os indivíduos inartísticos. A sociedade ‘íntima’ rouba dos homens sua espontaneidade, sua faculdade de agir, enquanto começo de algo novo, sua vontade de ultrapassar limites e interromper processos automáticos, de inaugurar e de experimentar (ORTEGA, 2009, p. 112).

Pode-se notar que a civilidade tende para uma vivência fluida e repleta de possibilidades da identidade, a todo tempo encenada e recriada, ao passo que a incivilidade coincide com a conformação essencialista. Deste modo, o lúdico se liga às múltiplas possibilidades identitárias criadas e recriadas na teatralidade das relações de hospitalidade.

Como atividade de lazer, o turismo deve ser capaz de proporcionar esta ludicidade despertada através das seguintes funções do lazer averiguadas por Dumazedier (1976): descanso, divertimento/entretenimento, desenvolvimento da personalidade. O descanso corresponderia à quebra da rotina cotidiana, o divertimento/entretenimento pressupõe que a atividade seria capaz de entreter, isto é, reter a atenção do turista e envolvê-lo com a realidade visitada e, por fim, o desenvolvimento da

personalidade seria evidenciado com a efetivação de novas formas de construção identitária do sujeito em uma vivência dialógica. Se o turismo é considerado uma atividade de lazer e estes são os parâmetros que a caracterizam, logo, a rigor, só se poderia falar em turismo quando ocorrem, em alguma medida, relações de negociação cultural que propiciem novas formas de identificação e percepção, mesmo que provisórias.

A partir do exposto sugere-se que a negociação cultural e as traduções daí advindas seriam fruto do exercício da política da amizade. Sendo este característico de uma postura cidadã, participativa e consciente sobre o estar no mundo. Porém, agora esta cidadania ganha os contornos de uma cidadania cosmopolita.

De acordo com as falas dos entrevistados do livro-reportagem Nova York do Oiapoque ao Chuí: relatos de brasileiros na cidade que nunca dorme, pode-se notar que a vivência da cidadania é muito mais associada, por eles, às relações de respeito entre os indivíduos e à participação nos fluxos culturais da cidade do que propriamente uma cidadania ligada aos direitos constitucionais. Ainda que estes estejam interligados, os entrevistados não mencionam diretamente os impedimentos trazidos por sua condição de estrangeiro. Estes empecilhos, trazidos pelo fato de não serem considerados “seres nacionais” nos Estados Unidos, apenas aparecem quando se referem a sua habilitação profissional. Como no caso de Hélio de Souza e Anelise Engel que contam que tiveram que passar por uma série de exames para poderem exercer suas profissões no novo país.

De modo semelhante, na revista Viagem e Turismo, a cidadania faz-se presente enquanto conduta turística consciente e participativa. Sendo assim, verifica-se que nas viagens turísticas e migrantes, abordadas no contexto jornalístico em questão, a cidadania se evidencia, sobretudo, como “política da amizade”, ainda que sua complexidade ultrapasse esta conduta. As relações entre Estados estabelecidas por leis ou o direito de voto, por exemplo, não são mencionados, ainda que previstos para os imigrantes legalizados, como é o caso dos entrevistados.

Cortina (2005) ressalta que:

O ideal cosmopolita está latente no reconhecimento de direitos aos refugiados, na denúncia de crimes contra a humanidade, na necessidade de um direito internacional, nos organismos internacionais e, sobretudo, na solidariedade de uma sociedade civil, capaz de transpor todas as fronteiras (CORTINA, 2005, p. 2000).

Como visto este último ponto foi privilegiado pelos produtos jornalísticos analisados, tendo nos conceitos de hospitalidade, negociação, política da amizade e

tradução, a sua expressão de uma possível cidadania cosmopolita, construída a partir da experiência intercultural. Estes também foram os requisitos apontados pelos imigrantes para se sentirem cidadãos.

Quando a autora remete-se a uma sociedade capaz de romper todas as fronteiras lançam-se as bases para a construção do que Derrida (2003) denomina de hospitalidade incondicional em contraponto à hospitalidade condicional pautada por leis e deveres. A hospitalidade incondicional, ainda que difícil de ser efetivamente alcançada, sugere que “digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate de um convidado ou um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de outro país” (DERRIDA, 2003, p. 69).

Embora os imigrantes atribuam seu sentimento de cidadania às relações hospitaleiras e ao respeito recebido por parte dos nativos, os discursos jornalísticos analisados evidenciam que ao imigrante é cobrado o papel social de trabalhador e ao turista o daquele de quem se tem certeza da partida. Portanto, existem “leis” e “deveres”. Assim, estas experiências não se pautaram na hospitalidade incondicional. Talvez por esta razão, Derrida (2003) a postule como princípio de uma “democracia por vir”. Bem ao gosto das teorias de negociação cultural, mas as extrapolando, o autor percebe a hospitalidade incondicional como um espaço de compaixão, no sentido de ser possível haver uma paixão convivencial, uma paixão pelo outro, que não pressupõe a inexistência de conflitos, mas que os transforma em experiências de abertura.

5. Considerações Finais

Habitar um interstício cultural, ter de negociar entre origem e destino e conduzir-se ao Hibridismo Cultural. Esta tem sido a tarefa contemporânea dos viajantes e de todos aqueles que habitam um mundo cada vez mais marcado pelas dinâmicas interculturais. Neste cenário, as antigas lealdades nacionais passam a ser ressignificadas e novas formas de ancoragem identitária surgem e interpelam os indivíduos.

Quando anfitriões, convidados e estranhos se encontram na cena social pode ter início o processo de hospitalidade que, como constatado pelas teorias propostas e análises feitas, pode seguir rumo à política da amizade e à ação cultural para liberdade, sendo todas estas etapas permeadas e necessárias ao exercício da cidadania.

Sendo assim, a cidadania como forma consciente e participativa de se inserir no mundo, em uma sociedade marcada pela interculturalidade, parece sugerir sua

aplicabilidade aos indivíduos que desenvolvem a habilidade de transitar entre culturas de modo a se fazerem seres de relação neste contexto, extraíndo deste novas formas de identificação. Esta possibilidade está lançada tanto para turistas, quanto para imigrantes e moradores locais, uma vez que a cidade é polifônica. Contudo, pôr em ação esta virtualidade é uma questão de se assumir ou não como cidadão no mundo e com o mundo (FREIRE, 1978).

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade (1998). Disponível em: www.moderna.com.br/moderna/didáticos/em/geografia/projensinogeo/rumos/0002. Acesso em 21 de setembro, 2009.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAPTISTA, I. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, C. (Org). Hospitalidade. São Paulo: Manole, 2002.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CAIAFA, J. A Aventura das cidades. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CORTINA, A. Cidadãos do mundo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- CRUZ, R. de C. Hospitalidade turística e o fenômeno urbano no Brasil. In: DIAS, C. Hospitalidade. São Paulo: Manole, 2002.
- DERRIDA, J, DUFOURMANTELLE, A. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar de hospitalidade. São Paulo: Escuta, 2003.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FREIRE, P. Ação Cultural para Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. Turismo, Políticas públicas e Cidadania. São Paulo: Aleph, 2007.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KRISTEVA, J. Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ORTEGA, F. Para uma política da amizade. Rio de Janeiro: Sinergia: Relume Dumará, 2009.
- SAID, E. Reflexões sobre o exílio. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- WHITE, E.B. Aqui está Nova York. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REFERÊNCIAS DOS PRODUTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS

ERBETTA, G. Por um punhado de dólares. Viagem e Turismo. São Paulo: Editora Abril, 2008.

GOUVEIA, J. ZORZANELLI, M. Buy, Buy, Brazil. Viagem e Turismo. São Paulo: Editora Abril, 2009.

MENAI, T. Já para Cumbica: Nova York, o bairro da moda chama-se Meatpacking District. Viagem e Turismo. São Paulo: Editora Abril, 2007.

MENAI, T. Nova York do Oiapoque ao Chuí: relatos de brasileiros na cidade que nunca dorme. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

RAO, G. A Disney da vida real. Viagem e Turismo. São Paulo: Editora Abril, 2004.

WILK, C. Do outro lado da ponte. Viagem e Turismo. São Paulo: Editora Abril, 2006.